

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.282 - RJ (2019/0291747-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : KLEBER PEREIRA REIS  
**ADVOGADO** : KLEBER PEREIRA REIS - RJ135624  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : ELIEZER RIBEIRO BOMFIM  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## **EMENTA**

*HABEAS CORPUS. DOSIMETRIA E REGIME INICIAL. ESTELIONATO. QUANTUM DE EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. AUSÊNCIA DE CÓPIAS DO ACÓRDÃO DA APELAÇÃO E DA SENTENÇA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. Writ indeferido liminarmente.*

## **DECISÃO**

O presente *habeas corpus* – impetrado em benefício de **Eliezer Ribeiro Bomfim**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, alegando-se constrangimento ilegal na dosimetria da pena imposta ao paciente, postulando *a reforma do v. acórdão guerreado, como também a sentença monocrática, a fim de que outra dosimetria da pena seja elaborada pelo Juízo da 33ª Vara Criminal da CapitalRJ, todavia afastando-se a causa especial de aumento da pena-base, fundada na gravidade do crime, e, ainda, redimensionar-se o regime inicial para cumprimento da pena para aberto, mediante as condições a serem estipuladas pelo Juízo das Execuções Penais* (fl. 15) – deve ser indeferido liminarmente.

Ocorre que o impetrante não instruiu suficientemente os autos, carecendo de cópias do acórdão da apelação e da sentença, peças indispensáveis para que seja possível verificar a verossimilhança das alegações, razão pela qual o presente *mandamus* deve ser indeferido liminarmente.

Isso porque o *habeas corpus* não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações. Cabe ao impetrante o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas no *writ*.

Confirmam-se julgados nesse sentido: RCD no HC n. 480.817/MT, Ministro

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 19/2/2019; e RHC n. 106.025/PA, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 25/3/2019.

Registre-se, ainda, a anterior impetração do HC n. 502.017/RJ, em benefício do ora paciente, alegando-se também constrangimento ilegal na dosimetria da pena, o qual foi indeferido liminarmente, em razão de instrução deficiente, pois não fora juntado cópia do acórdão da apelação.

Em razão disso, **indefiro liminarmente** o presente *writ* (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

